

HISTÓRICO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

Ten. RUY GAMA DO NASCIMENTO

Quem percorre o Brasil inteiro há de encontrar, por toda a orla litorânea e por todas as fronteiras terrestres, os velhos fortes construídos no período colonial.

Muitos estão reduzidos a escombros, outros ainda estão sendo utilizados devidamente; mas, úteis ou não, eles são o símbolo de uma época longínqua e foi com eles que garantimos a existência nacional desde o começo.

Uma visita a um monumento como o é a Fortaleza de São José de Macapá, só pode ser motivo de emoção e de exaltação patriótica. Pisar suas pedras seculares e alisar suas paredes que desafiam os tempos é mergulhar num passado de heroísmo, heroísmo de que tanto deu provas aquela gente lusitana da qual descendemos.

A Fortaleza de Macapá, além de grandemente emocionar, entusiasma e exalta o patriotismo e alimenta o orgulho racial.

Um povo que soube descobrir e que fez mais, soube defender e preservar a unidade de uma pátria tamanha, foi realmente um grande povo.

A histórica Fortaleza de São José de Macapá é bem uma prova magnífica e perene de sua competência na arte da guerra, ao tempo. Uma grandiosa prova do seu absoluto valor, de sua sabedoria política, foi o criar, contra tudo e contra todos, uma pátria que hoje é nossa.

As velhas fortificações são obras que marcam o amor e heroísmo daqueles que se dedicaram à nossa terra. Devemos empreender o máximo dos nossos esforços no sentido de conservá-las e recuperá-las como ensinamento e exemplo de civismo, como legado de nossos

avós que transferiremos aos nossos filhos.

A Fortaleza de Macapá é uma relíquia histórica, é uma sombra luminosa do passado que, nos fins remotos do norte pátrio, ainda tem grandeza bastante para se projetar sobre a nação inteira, como exemplo de valor pessoal, da dignidade de soldado, do heroísmo da gente do Brasil.

No decorrer do tempo a Fortaleza de Macapá vem renascendo, resurgindo das ruínas, sob o influxo dinâmico da Administração Territorial, como impondo-se à eterna advertência proclamadora de nossas gloriosas origens.

Sabemos que nela o negro, seu obreiro paciente e resistente trabalhou, assim como o índio Tucujus, este erguendo-a para a própria defesa de sua terra natal, muito embora trabalhador recalçante, desobediente e obstinado, mas determinado, valioso e imprescindível.

Sabemos também que foi o Português o elemento vigoroso e incansável, que permitiu, no decorrer de alguns séculos, a formação da grande Pátria comum e livre, que é o nosso querido Brasil!

As velhas fortificações atestam a decisão do gênio luso na sua tarefa de descobrir, povoar e defender seus descobrimentos com tenacidade incomparável na história. Elas nos permitem amar o passado e refazer pela imaginação a infância de nossa grande Pátria.

A resistência natural dos índios e a tenacidade dos holandeses na ocupação das terras do grande rio, ou seja o Amazonas, foram os iniciais obstáculos que os Portugueses tiveram de enfrentar e seriamente combater no Pará.

De começo, concomitantes, depois permanecem em tentativas vãs, apenas o primeiro desvanecendo o último sob o peso de constantes reverses.

Certamente que se devia prolongar a luta contra os aborígenes, não mais com a tremenda e selvagem impetuosidade dos primeiros choques, em que os naturais ou invadidos tomam a defensiva contra os invasores, porém, num estado perseverante, podemos dizer, em o qual vai o conquistador, pelo almejado interesse próprio, em busca do infeliz conquistado já desiludido de sua resistência.

Se a vitória da conquista devia reduzir a esse estado a importante questão dos índios, por outro lado a expansão geográfica certamente levaria os conquistadores às fronteiras limitrofes, instaurando latente e porfiada desarmonia de uns com os outros.

Dos fatos expostos e, também, da necessidade de fiscalização da coleta, nasceram as fortificações, erguidas assim, ora para atender a investida selvagem dos índios, ora para impedir qualquer tentativa de vizinhos audaciosos e belicosos, e muitas vezes de modo indiscutível, para dominar pontos no rio nos quais a disposição topográfica facilitava a ação do fisco.

Verifica-se que eram simples pontos ou pequenos redutos, fadados a desaparecer em sua maior parte; mas constata-se também que na Amazônia presidiu a solidez da obra secular.

No Estado do Pará resta em condições de ser reconhecida, na sua própria estrutura, como antiquilhas sem préstimo e desprezada, o Forte do Castelo, na sua Capital, Belém, e de alguns outros, apenas vestígios, como em Obidos, Santarém e Gurupá.

O Governo do Território Federal do Amapá tem empreendido o máximo dos seus esforços para conseguir, por intermédio das autoridades competentes, um só objetivo: o de retornar a Fortaleza de Macapá um orgulho do povo brasileiro, reconstruindo, conservando e aproveitando-a totalmente, para que, as clarinadas dos dias festivos e o rufar dos tambores em seus

fastos angustiosos, ainda guardem o eco sempre solene dessas sonoridades em que repousam a sua tradição.

Vejamos, a seguir, um pouco da história dessa monumental reliquia, assim como da vila e posteriormente cidade de Macapá, hoje Capital do progressista Território Federal do Amapá.

A divisa das terras das coroas de Portugal e da França, apesar de tratados aceitos reciprocamente, constituiu em um longo período da história do Brasil, uma questão latente e irritante, que trouxe constantemente alerta os Governadores do Grão-Pará.

Mistér se torna mencionar aqui, como prova dessas agitações, as invasões levadas a efeito pelos franceses e hespanhóis e filibusteiros ingleses e holandeses, à região dos Tucujus, hoje Território Federal do Amapá, ocupando os fortes Felipe, de Cumaú e Santo Antônio de Macapá — este construído no mesmo lugar do segundo — a 10 de março de 1631, pelos ingleses, enviados do Duque de Buckingham, e a 31 de maio de 1697, pelo francês Marquês de Ferrolles, enviado de Luiz XIV.

A Fortaleza de Santo Antônio, tomada pelas tropas francesas de Ferrolles, fôra construída em 1688, por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, quando Capitão-mór do Pará, sobre os escombros da Fortaleza de Cumaú, assaltada e destruída, em 1632, pelo seu tio Feliciano Coelho de Carvalho que, dela, expulsara os ingleses.

Sabedor do sucedido, Antônio de Albuquerque faz partir uma expedição militar sob o comando de Francisco de Souza Fundão, composta de 160 soldados e 150 aborígenes flecheiros dos mais belicosos. Anteriormente, Ferrolles, em carta dirigida a Antônio de Albuquerque, pretende justificar a invasão e posse da Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, situada no canal de Santana, na terra firme de Macapá, fronteiro à ilha de Santana. A resposta foi o que acima se viu. Fundão levou instruções severas e uma carta a Ferrolles, em que Albuquerque o intimava a abandonar

a Fortaleza e a retirar-se para a Guiana Francesa, sob pena de ser a isso compelido pelas armas, porque não seria impunemente que se tomava uma fortificação de "El-Rei de Portugal". A fim de que não houvesse insucesso da expedição, Albuquerque enviou o cabo João Muniz de Mendonça, com um pequeno reforço, a fim de secundar a Fundão na ação contra os invasores franceses. Dentro de pouco tempo a expedição atinge o canal da ilha de Santana e desembarca bem em frente ao forte, de onde po-

terra firme, ocupam uma olaria que ficava situada próximo ao forte e iniciam o ataque ao mesmo, já pressentidos pelos atacados. Trava-se então o combate, tendo a praça de guerra sido cercada por todos os flancos de terra.

Não obstante, Fundão, de início, vê dois de seus homens tombarem mortos. Em consequência, mandou que tocassem retirada, o que não se efetuou pela providencial chegada do cabo João Muniz de Mendonça com o reforço, pois, opondo-se a tal medida, imediatamente

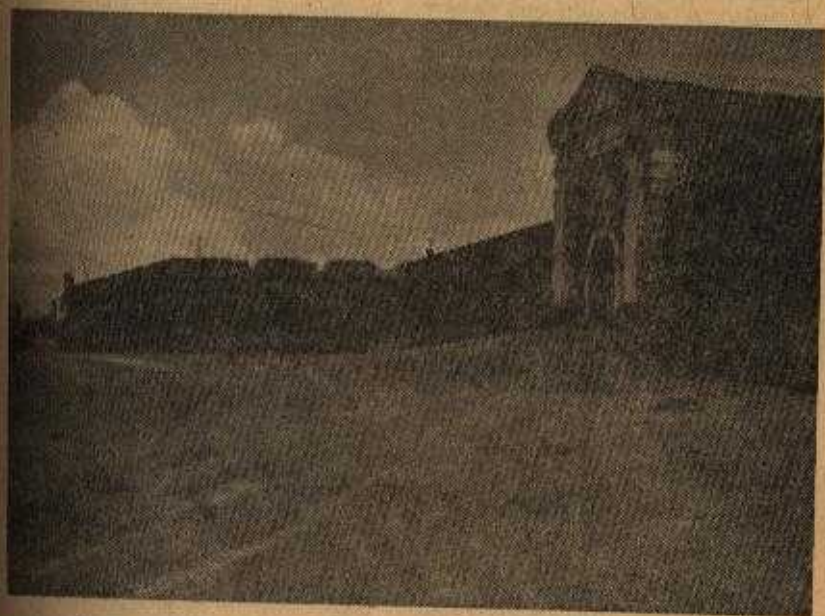


Fig. 1 — Entrada principal da Fortaleza

dia observar todos os movimentos dos invasores. Depois de uma artilhada e espontânea proeza do soldado Miguel Silva, em fazendo com que os franceses ficassem ilhados, subindo-lhes uma canoa de pesca sob grande chuva de balas, aguardaram o ataque.

Ao amanhecer do dia seguinte ao desembarque, hora preferida pelos aborígenes, Fundão e seus comandados, sem fazer o mínimo ruído, sob rigoroso silêncio, retornam às embarcações, passam à

assaltou um dos flancos da Fortaleza, tomando-lhe um dos portões, de onde faz mortífero fogo sobre os franceses. Pouco depois, a guarnição que até então ocupava o forte se rende; incontinenti é feito descer do mastro a bandeira francesa dos invasores, tornando a tremular na Amazônia a bandeira de Portugal, isso em meados de junho de 1697.

Assim terminou a invasão francesa do Marquês de Ferrolles, a qual foi o primeiro golpe aplicado

pela França, tendente a estabelecer-se dentro da Amazônia, com franco esbulho aos direitos do Brasil.

Essa região, teatro, nos primordiais tempos da conquista de lutas encarnicadas, foi mais tarde objeto de sérios cuidados para os portugueses, pela sua proximidade da Guiana Francesa e pela idéia de conquista, como atrás disse, por parte da França, Espanha, Inglaterra e Holanda.

Dai a idéia persistente dos nossos administradores de antanho em fortificar devida e convenientemente a região, de tal modo que ficasse garantida, também, a vida dos povoadores em caso de invasão. Em carta datada de 5 de outubro de 1738, dirigida ao Rei, discutiu o Governador e Capitão-General do Pará, João de Abreu Castelo Branco, aquela idéia, demonstrando a urgência de cuidar da fortificação das terras de Macapá, que se encontravam completamente desamparadas, pois a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá já era um montão de ruínas e assim expostas a outra qualquer surpresa, por parte dos franceses, principalmente.

Decorridos alguns anos de constantes considerações a respeito, dos Governadores que sucederam Castelo Branco, em 1752, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, insistia pela fortificação de Macapá, agora baseado nas informações de um oficial francês de Catena, sobre o projeto que tinha o Rei da Prússia de fundar um estabelecimento colonial na América.

Ao governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, um dos mais eminentes administradores do Pará, coube a tarefa de fundar a vila de São José de Macapá.

Nas instruções régias, públicas e secretas, que D. José I lhe entregou para fins de execução, recomendou-lhe mui especialmente o estudo da proposta do governador Gurjão, sobre a Fortaleza na Costa de Macapá, examinando imediatamente qual devia ser o seu formato, sua força, e os meios que se podiam aplicar para a pronta concretização da obra.

O governador Mendonça Furtado apressou-se por cumprir essas ins-

truções pois, chegando ao Pará em fins de setembro de 1751, na primeira quinzena de dezembro desse ano, organizava uma expedição sob o comando do Sargento-mór João Batista do Livramento, para fundar a "nova povoação e reforçar o pequeno reduto ali erigido" em 1738.

Ao comandante deu instruções detalhadas e extensas sobre os principais assuntos; recomendou-lhe especialmente a paz e concórdia entre os moradores, a obrigatoriedade do trabalho, a liberdade dos índios, os franceses de Caiena, etc.

Governava então o destacamento de Macapá o ajudante Manuel Moreira de Abreu e paroquiava a aldeola o padre Miguel Angelo de Moraes, aos quais o governador Mendonça Furtado escreveu, orientando-os sobre o que desejava levar a efeito. A expedição, em seu maior número composta de colonos ilhéus que vinham estabelecer-se no Grão-Pará, partiu para Macapá ainda em dezembro, levando um comboio de mantimento, utensílios e ferramentas.

Em princípio de 1752, de modo ativo, já os colonos trabalhavam nos seus diferentes misteres procurando melhorar as condições em que se encontravam. A 7 de março do mesmo ano, em Macapá chegava inesperadamente o governador Mendonça Furtado, visto haver sido informado que uma epidemia assolava os colonos, verificando-se algumas vítimas. Consigo levava o único médico que havia no Estado e tudo quanto se fazia necessário para combater o terrível mal.

Aproveitou esta oportunidade para estudar a situação Geográfica e Topográfica da nova povoação, ficando excelentemente impressionado com o que verificara.

Escrevendo a D. José I, de volta desta viagem, teve oportunidade de dizer: "A povoação está muito bem situada em um sítio pouco iminente com larguíssima vista, excelentes ares, e iguais águas. Tem sítio para se fazer uma grande fortificação de sorte que fique a povoação toda dentro dos muros, e se Vossa Majestade entender bastará fortificação mais pequena pois também tem sítio muito bom para

ela, ficando pela banda do mar cobrindo a povoação".

Macapá recebendo sucessivos reforços de colonos, desenvolveu-se bastante, tanto mais quando um diretor militar chegou a superintender todos os trabalhos, competindo os moradores ao amanho das terras e vedando que all se continuasse a torpe e exclusiva exploração do braço indígena.

Quando em princípios do ano de 1758, partiu o Governador para o Rio Negro, a fim de encontrar-se com o Plenipotenciário e primeiro Comissário Castelhana das futuras demarcações, esteve de passagem em Macapá, assistindo, a 4 de fevereiro de 1758, a cerimônia da elevação da Povoação à Categoria de Vila, com o nome de São José de Macapá.

Presidiu e dirigiu o ato do levantamento do pelourinho, na praça de São Sebastião, hoje da matriz, o cuidador geral e corregedor Pascoal de Abranches Madeira Fernando.

Partindo Mendonça Furtado para Portugal, em 1759, a fim de desempenhar as altas funções de Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o seu sucessor Manoel Bernardo de Melo Castro prosseguiu com perseverantes esforços, no projeto de tornar Macapá um grande centro agrícola e industrial.

A 6 de março de 1761, efetuou-se a bênção e inauguração da Igreja Nova, que se acabava de construir, assistindo Melo e Castro a cerimônia e aproveitando a oportunidade para dar úteis providências sobre a boa ordem dos serviços Públicos.

Finalmente, em 1764, se tratou de levantar a planta da Fortaleza de São José de Macapá e de se dar principio à sua construção: em janeiro desse ano o Governador e Capitão-General Fernando da Costa Ataíde Teive foi à vila de São José de Macapá e aí, em companhia do engenheiro Henrique Antônio Galúcio e outros profissionais, assistimos João Angelo Brunelli e Miguel Antônio Ciéro, e os engenheiros Gaspar João Geraldo de Gontella, Domingos Sambucete e Antônio Laude examinou o terreno

e aprovou o plano geral da Fortaleza.

Esse plano, grandioso e belo, foi obra daquele engenheiro, que nêle trabalhou por mais de dois anos.

No dia 2 de janeiro deu-se inicio ao serviço do delineamento da Fortaleza no solo e aos trabalhos preliminares e, a 29 de junho do mesmo ano, dia de São Pedro, lançou-se a primeira pedra no ângulo do baluarte sob a invocação desse Santo, com o cerimonial de estilo, achando-se presente o Governador Ataíde Teive, o Coronel Nuno da Cunha de Ataíde de Varona, Comandante Militar da Praça, o engenheiro Henrique Antônio Galúcio, Senado da Câmara e tôdas as autoridades militares, civis e religiosas da vila.

A planta indicava que a Fortaleza seria do sistema Vauban, de oitava classe, em quadrado, com baluartes pentagonais nos vértices. A estes baluartes deu o Governador os nomes de Madre de Deus, São Pedro, Nossa Senhora da Conceição e São José.

As obras continuaram com tanta celeridade quanto permitia os recursos da terra e o dinheiro dispendido pelo Governo; a direita da vila, hoje cidade de Macapá, principiaram a erguer-se os espessos muros dentro dos quais ficava o reduto de faxina anteriormente construído, pelo que foi preciso arrazá-lo até a base.

Em 5 de abril de 1765, o Capitão-General Ataíde Teive remeteu ao Rei a planta da Fortaleza e da vila, solicitando-lhe aprovação para as providências tomadas. Respondeu-lhe Mendonça Furtado, então desempenhando as altas funções de Secretário de Estado dos Negócios do Reino, que D. José I vira as plantas e lera o officio que as acompanhava, mandando-lhe significar a sua agradável impressão pelo trabalho já realizado.

Recomendou-lhe a efficácia e o adiantamento da obra porque todos os dias se tornava mais urgente a necessidade da sua construção, e pelo que pertencia a arquitetura militar da praça, conferisse e resolvesse com os officiaes engenheiros.

Apesar da boa vontade e dos esforços de Ataíde Teive em cumprir os desejos do monarca, e da dedicação de Galúcio, Varona e outros oficiais encarregados das obras, a construção da Fortaleza marchou lentamente, encaçada sempre por dois inimigos importantes: a escassez do material e a falta de braços.

Das aldeias mais próximas foi mandado um contingente avultado de índios para se empregarem nas obras, mas a leva tapuia era perseguida pelas moléstias impiedosa-

gavam-lhe a diária de 140 réis; o índio fugia muito e era difícil apanhá-lo, recebendo somente 40 réis; o preto raramente o fazia e quando desertava deixava-se prender facilmente.

Em julho de 1766, achavam-se concluídos os baluartes de São Pedro e Nossa Senhora da Conceição e o terceiro em vias de conclusão, o que levou Ataíde Teive a pedir ao Ministro Mendonça Furtado, 74 peças de artilharia de maior calibre possível, balas a proporções, alguns morteiros e bombas de 7 a

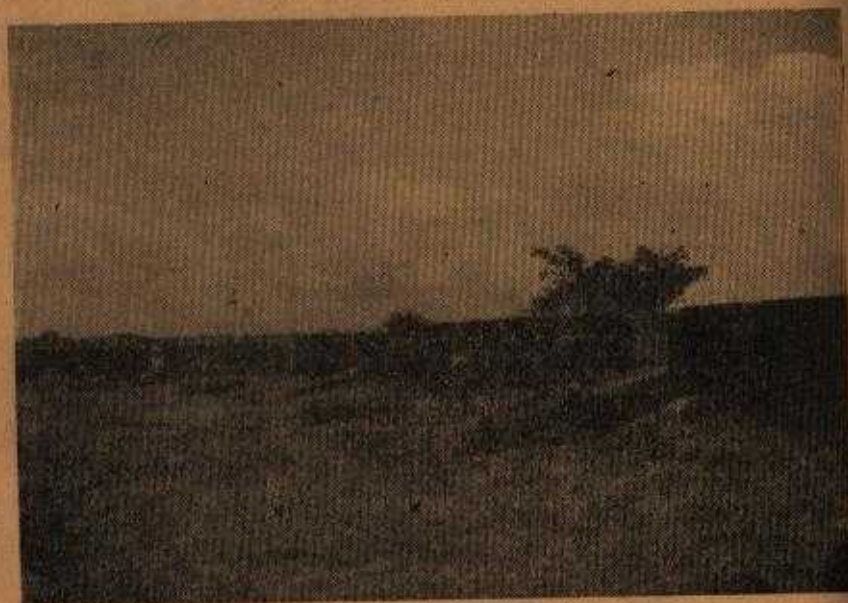


Fig. 2 — Os velhos canhões da Fortaleza, hoje sobre reparos

mente e por outro lado oprimida pela disciplina militar, bárbara e inclemente, dos que dirigiam o trabalho, de sorte que a morte e a fuga despovoaram as pedreiras e as canoas.

Estes fatos dolorosos e inevitáveis encontraram um elemento equilibrador no preto africano, mais submisso ao cativoiro que o índio e mais resistentes aos maus tratos, a má alimentação e às intempéries.

Ao braço negro se deve em sua maior parte este monumento; pa-

13 polegadas e granadas, não sendo preciso mandar os reparos e a parlamenta, pois no Estado havia excepcionais qualidades de madeiras e competentes carpinteiros.

Com uma celeridade admirável chegaram a Belém do Pará, antes do fim de 1766, 58 peças grandes, que foram imediatamente montadas em reparo e enviadas à Macapá.

Ao principiar o ano de 1767, pôs o Governador todo o seu empenho em ativar a obra, mandando transferir para a vila muitos índios e

reunindo com homens do calceta, a fim de aumentar o corpo de trabalhadores.

Em maio de 1767, chegava ao Pará mais 4 peças de grosso calibre, restando 29 para perfazer o número total de 107, de que precisavam para guarnecer toda a praça.

A obra continuava sempre, ora mais ativada, ora quase estacionária, de conformidade com as circunstâncias, mas sempre com a mesma meticulosa atenção dos seus construtores, que pareciam tê-lo como divisa: solidez e força.

Com a morte de Galúcio, em 27 de outubro de 1769 às 05,30 horas, assumiu a direção dos trabalhos, provisoriamente, o Capitão Henrique João Wilckens, que ali se achava desde o início das obras e que serviu até chegar o sargentomór de engenheiros Gaspar João Geraldo de Gronfelts, a quem o Governador escolheu para sucessor de Galúcio.

Antes de ser concluída, já a Fortaleza apresentava graves defeitos de construção, entre os quais, grandes fendas no baluarte de São José, que fôra construído sobre um terreno pantanoso e muito perto da água.

Até meados de 1771 estavam terminadas quase todas as obras internas da Fortaleza, ocupando-se os artistas apenas com as obras exteriores e complementares; entretanto, dada a morosidade dos serviços e, após 1773, a sua paralisação quase que praticamente, conzelou o Governador João Pereira Caldas, que substituiu Ataíde Teive, ao soberano se devia continuar a obra ou sustá-la; a opinião do Rei decidia-se pelo acabamento do plano geral, uma vez que já se havia gasto tanto dinheiro e tantas vidas. A resolução, entretanto, demorou extraordinariamente, o que impeliu o Governador a reclamá-la com instância mostrando os danos que o tempo causava na Fortaleza e frisando a sua incompetência para tomar uma deliberação tão importante.

Em meados de 1778, ainda não se havia resolvido; sucumbira D. José I, com êle baqueara o

poder do marquês de Pombal. Assumiu o reinado D. Maria I, que, ante o grande número já empregado na construção da portentosa obra, ordenou que fôsse sustada o restante da mesma.

Assim, pouco a pouco se foram fazendo as obras complementares e cuidando de consertar o baluarte fendido, até que o dia 19 de março de 1782, em que a cristandade festeja São José, foi escolhido para a inauguração da Fortaleza.

Depois das formalidades do estilo rompeu o fogo a artilharia do baluarte colocado sob a invocação daquele Santo, fogo correspondido por todas as peças já montadas.

A grandiosa obra de Galúcio ficou assim incompleta, destinada ao desprezo dos governos que a olhavam sempre com menosprezo, deslembrados de que ali estava uma das primeiras, senão a primeira construção militar do Brasil.

Das mãos do Governo colonial passou a Fortaleza, em 1824, às mãos do Governo imperial, e esta transferência serviu apenas para consolidar o indiferentismo com que a tratava a metrópole, desde a queda do marquês de Pombal.

Foi pleiteada pela necessidade de manter o respeito à divisa do Oiapoque, evitando a penetração de franceses e filibusteiros ingleses e holandeses, assegurando assim a conquista definitiva do Rio Amazonas.

Assim o fizeram os Governadores do Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco, em 5 de outubro de 1738; Francisco Pedro de Mendonça Furtado, em 8 de novembro; Gurjão, em 8 de março de 1749 e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1 de novembro de 1752, quando resolveu D. José I, Rei de Portugal e Brasil, aprovar o plano de organização da Companhia do Grão-Pará, idealizada por marquês de Pombal, a instalação da vila de Macapá, realizada em dias de dezembro de 1758 e a construção de uma poderosa fortificação.

Anteriormente à Fortaleza de São José de Macapá, foram estabelecidos um reduto, em 1738, um forte de faxina e terra, em 1740, e, re-

construído o reduto em 28 de abril de 1761, sendo Governador Manoel Bernardo de Melo e Castro e o seu construtor o Capitão engenheiro Gaspar João Geraldo de Gronfelts. A atual Fortaleza foi iniciada no Governo do Capitão-General Fernando da Costa de Ataíde Teive, 21º Governador do Grão-Pará, em 29 de junho de 1764 e concluída em 19 de março de 1782, quando foi inaugurada, no Governo do 22º Governador, João Pereira Caldas. Foram seus companheiros Henrique Antônio Galúcio e o Sargento-mór engenheiro Gaspar João Geraldo de Gronfelts, que participaram da Comissão Demarcadora dos limites com terras da Espanha, em 1754, de acordo com o tratado de Madri, de 1750.

É a praça um quadrado de fortificação razante, edificada sobre terreno elevado 20 pés acima do desnivelamento das águas, composta de terra vermelha e argila branca, mistura que os naturais chamam Cury, sendo sua propriedade o amolecer dentro d'água e enrijar ao calor do sol. Nos ângulos do quadrado estão quatro baluartes de figura pentagonal, em cada um dos quais se acham praticadas 14 canhoneiras lançantes. As grossas muralhas da praça são de cantaria escura, habilmente trabalhadas e extraídas das rochas que existem duas marés acima da desembocadura do rio Pedreira, que deságua 20 1/2 milhas ao norte de Macapá. No centro de cada uma das cortinas de N. S. e L. há uma poterna sólidamente trabalhada e ajudada por um xadrez interno; e no centro da cortina O. está o grande portão sólidamente construído e ornado. O recinto da praça é um quadrado perfeito, onde se acham 8 edifícios apropriados para os diferentes misteres de uma praça de guerra, como sejam: paiol de pólvora, enfermaria, capela, praça d'armas, armazéns e quartins, todos à prova de bombas. No centro da praça há uma cisterna abobadada para esgotar das águas.

A praça é circundada de um fosso pelo lado de S. O. e, das obras externas apenas há o reve-

lim da parte de O., circundado também de um fosso. Não existe a parte levadiça que devia servir para comunicar o revelim com o portão principal da praça (parte O.), nem a que, do revelim, servia de comunicação com a esplanada. As obras externas que faltam são: um revelim ao N., duas baterias baixas a L. e um redente ao S. A., construção demorada e motivada principalmente pela escassez do material e falta de braços.

A Fortaleza de São José de Macapá é, inegavelmente, sólidamente edificada, e é para lastimar que se lhe não tenham concluído as suas obras exteriores, e que, criminosamente tivesse estado por tantos anos completamente abandonada, desmoronando-se aos poucos, corroída pelas águas e pelas intempéries, tendendo a se tornar um montão acéfalo de pedras, que tanto suor e sangue custou aos nossos heróicos antepassados.

Qualquer despesa que se fizesse em conservá-la, como o vem fazendo atualmente o Governo patriótico e honesto do Território Federal do Amapá, seria uma verdadeira economia; agora outras questões, dar-se-á estabilidade a um excelente próprio nacional, que embora não represente nenhuma importância militar, está simbolizando atualmente, toda uma grande fase da nossa civilização. Foi avaliada no término de sua construção, em 19 de março de 1782, em 4 milhões de cruzados.

A verdade, muito embora dolorosa de registrar, é que os governos anteriores jamais cooperaram de modo eficaz e justo, quando não na conclusão das obras complementares, ao menos na conservação da majestosa Fortaleza de Macapá, o que demonstra simples incuria.

Esse notável monumento histórico foi encontrado pelo atual Governo, em completo abandono, inteiramente cercado e tomado pela mata e com grandes árvores no seu interior. Algumas das muralhas internas e externas encontravam-se rodadas em grande extensão, aparecendo nelas apuíseiros que atingiam a proporções monstruosas, fazendo com isso, que as

fendas já existentes se dilatasse, deslocando e esmagando paredes e blocos de pedras.

Nela não se podia ingressar. Para tal, se tornava mister que mateiros abrissem picadas no mato cerrado. Das edificações que existem no seu interior, excluindo as quartinas, em número de 24, quatro já se encontravam cobertas, isso por serem construídas à prova de bombas.

A quase totalidade das telhas, grades de ferro, esquadrias, portas, etc., das outras edificações, foram retiradas, motivado, talvez, pelo

permissão para ser feito o aquartelamento da Guarda Territorial na própria Fortaleza. Concedida tal permissão, em julho de 1946, foi dado início a instalação dos elementos que então compunham o Grupo de Guardas e, a título provisório, dos presos condenados pela Justiça do Território.

Hoje, ante os olhos entusiasmados da multidão que, na Fortaleza de Macapá, se há reunido, uma guarnição da Guarda Territorial, envergando uniformes da época colonial, faz ribombar dez velhos



Fig. 3 — A Fortaleza vista da Barra de Macapá

vandalismo da ignorância e a pobreza de uma população abandonada. Como consequência, a água se tinha infiltrado de tal modo que chegou a danificar inúmeras paredes. As canhoneiras lançantes encontradas, estavam cheias de terra e completamente tomadas pela ferrugem.

Em virtude da exigüidade do prédio onde funciona a Divisão de Segurança e Guarda, à praça Assis de Vasconcelos, foi solicitado ao Instituto do Patrimônio Histórico,

canhões ainda válidos, montados nos seus respectivos reparos, lançando projéteis com o mesmo vigor dos seus áureos dias de antanho, tornando convulsas as águas do imenso Amazonas.

Foram construídos, de janeiro de 1947 até a presente data: a Capela com o altar e a imagem primitiva de São José, padroeiro da cidade; os dormitórios e refeitório do capelão, dependências essas contíguas a Capela; alojamento dos oficiais, hoje dos Guardas Terri-